



ATA DA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO DISTRITO FEDERAL – FUNDURB

Às nove horas e trinta minutos do dia dezessete de agosto de dois mil e onze, na sala de reuniões do 2º andar do edifício sede da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDHAB, localizada no Setor Comercial Sul, Quadra 06, Bloco “A” Lotes 13/14, foi aberta a Quarta (4ª) Reunião Extraordinária do Conselho de Administração do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal – FUNDURB, pelo Secretário-Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDHAB, Sr. Rafael Oliveira, o qual informou aos presentes que o Presidente do CAF iria se atrasar, mas que se uniria ao grupo assim que fosse possível. Informou também que a reunião não iria contar com microfones, tendo em vista que o contrato com a empresa prestadora dos serviços de áudio, de gravação e de degravação das reuniões dos Conselhos vinculados à SEDHAB ainda não havia sido celebrado, devido a morosidade no processo de licitação centralizada do GDF. Passou então aos assuntos da Pauta: **1) Ordem do dia.** O Senhor Rafael saudou a todos, verificou a existência de quórum e iniciou os trabalhos alertando aos Conselheiros presentes que o item “Informes do Presidente” seria cumprido pelo próprio Presidente do CAF, após a sua chegada à reunião. **2) Publicações.** O Senhor Rafael passou à leitura e aos comentários sobre as seguintes publicações: **2.1) Demonstrativo das Origens e Aplicação dos Recursos do FUNDURB**, DODF nº 133, de 12 de julho de 2011, com informações referentes ao 3º bimestre de 2011 (maio e junho). O senhor Rafael passou a palavra para o senhor Gilmar Gonzaga, Secretário-Executivo do FUNDURB, o qual esclareceu que a publicação em questão é uma exigência prevista no Decreto nº 30.766/2009, onde consta a determinação de que sejam publicados, bimestralmente, os resultados das aplicações dos recursos do FUNDURB, existentes em conta corrente. **2.2) Resolução nº 4 de 21 de julho de 2011**, DODF nº 143, de 26 de julho de 2011 decorrente de deliberação do CAF na 10ª Reunião Ordinária que aprovou a destinação de recursos para aquisição de mobiliário para a SEDHAB, no valor de R\$ 253.990,00 (duzentos e cinquenta e três mil, novecentos e noventa reais). **2.3) Resolução nº 5, de 21 de julho de 2011**, DODF nº 143, de 26 de julho de 2011 que aprovou a proposição oriunda da SEOPS, no valor de R\$ 1.307.600,00 (um milhão, trezentos e sete mil e seiscentos reais), cujo escopo é a aquisição de veículos automotivos (carros, caminhões e tratores) a fim de promover o combate à ocupação irregular do solo no DF. **2.4) Ata da 3ª Reunião Extraordinária do CAF, realizada no dia 09 de junho de 2011**, DODF nº 144, de 27 de julho de 2011. **2.5) Despacho do Governador**, DODF nº 148, de 1º de agosto de 2011, que acolheu a manifestação da Consultoria Jurídica do DF no sentido de determinar o sobrestamento da proposta de alteração do Decreto nº 30.765/2009 até a conclusão dos trâmites do PLC que altera a LC nº 800/2009. O Senhor Rafael esclareceu a plenária que a Consultoria Jurídica do Governador entendeu que a alteração do Decreto de regulamentação do FUNDURB



deverá se dar somente após a aprovação do Projeto de Lei Complementar que promove uma alteração na Lei que atualizou o Fundo. Informou também que o PLC já havia sido enviado à Câmara Legislativa. **4) Apresentação sobre o Orçamento participativo.** O senhor Rafael informou que esse tema havia sido suscitado em reunião anterior pela Conselheira Wanderly, para quem foi passada a palavra. A Conselheira Wanderly, informou que, conforme havia sido suscitado anteriormente, formalizou o convite à representante da coordenação dos trabalhos relativos ao Orçamento Participativo, senhora Laurier Muller, para participar dessa Reunião do CAF. Informou, outrossim, que todo o trabalho foi coordenado por intermédio da Secretaria de Estado de Governo, com as plenárias sendo realizadas no âmbito das Regiões Administrativas e com expressiva participação popular, desdobrando-se em eleições de delegados, conselheiros, etc. Destacou que representantes da Secretaria de Estado de Planejamento e da Secretaria de Estado de Governo têm se reunindo com outras unidades do GDF a fim de viabilizar recursos para a execução das ações que compõem a lista de prioridades do Orçamento Participativo, definida pelos delegados e pelos conselheiros. Informou ainda, que solicitou ao Senhor Alexandre, servidor de carreira do GDF, chefe da Unidade de Acompanhamento do Orçamento Participativo da Secretaria de Planejamento um relatório, bem como uma proposta de como utilizar os recursos do FUNDURB para a execução de obras demandadas pela população e que foram elencadas nas plenárias do Orçamento Participativo, tendo como proposta pequenas obras que contribuem fundamentalmente para melhoria da qualidade dos moradores das diversas cidades do Distrito Federal. Em seguida passou a palavra ao senhor Alexandre, que iniciou a sua explanação informando aos presentes que no dia 08 (oito) de abril de 2011, o Governador assinou o Decreto nº 32.851, dispondo sobre a criação da do Grupo Técnico para Implementação do Orçamento Participativo - GTIOP, coordenado pela Coordenadoria das Cidades na figura do senhor “Chico Machado”, em conjunto com algumas Secretarias, com envolvimento de aproximadamente 200 (duzentos) servidores no processo. Em seguida apresentou aos Conselheiros, em *Power Point*, a metodologia utilizada pela coordenação do OP para a obtenção dos resultados, que culminaram na elaboração de uma lista com aproximadamente 1.000 (mil) prioridades, eleitas entre 7.000 (sete mil), compostas por intervenções que envolvem os diversos setores do Governo do Distrito Federal. A dinâmica contou com a participação de aproximadamente 16.000 (dezesesseis mil) cidadãos, que compuseram 183 (cento e oitenta e três) plenárias de base distribuídas nas 30 (trinta) Regiões Administrativas, onde foram eleitos 1.600 (um mil e seiscentos) delegados. A lista final aponta para o fato de que em quase todas as RA's as obras de urbanização aparecem em primeiro lugar no rol de prioridades e que estas são perfeitamente compatíveis com as áreas de atuação do FUNDURB. A partir dessa constatação, chegou-se à composição do que seria uma proposta a ser apresentada ao Conselho de Administração do Fundo, qual seja, a destinação de recursos para viabilizar pelo menos 01 (uma) obra em cada Região Administrativa, no valor de até R\$



150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) cada. Com isso, o investimento do FUNDURB no Orçamento Participativo seria da ordem de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) a ser garantido por meio da criação de um subtítulo específico no orçamento do Fundo para o exercício de 2012. Nesse ínterim seriam providenciados os projetos executivos para viabilizar a licitação das obras pelas próprias Administrações Regionais, para as quais serão descentralizados os recursos do FUNDURB em 2012. A Conselheira Lúcia Carvalho levantou a questão sobre quando é que se dariam os desembolsos dos recursos, uma vez que o orçamento de 2011 havia sido planejado sem considerar as obras do OP. O Senhor Alexandre, esclareceu que em 2011 o que se busca é dar celeridade aos trâmites relacionados aos projetos, para que a execução ocorra em 2012. Nesse momento o senhor Rafael passou a presidência dos trabalhos ao senhor Secretário de Estado Geraldo Magela, que apresentou aos presentes na reunião um pedido de desculpas pelo atraso, informando aos Conselheiros que ficou retido no trânsito tendo em vista o movimento que estava ocorrendo na Cidade, denominado a “Marcha das Margaridas”. O Conselheiro senhor Élson Ribeiro e Póvoa solicitou a palavra e apresentou dois questionamentos: O primeiro dizia respeito à autonomia do FUNDURB em direcionar recursos sem passar por aprovação da Câmara e o segundo foi no sentido de buscar esclarecimentos sobre quando se deram os trabalhos do OP, uma vez que ele próprio não tomou conhecimento dessas atividades junto à sociedade do DF. O Senhor Rafael esclareceu, em resposta ao primeiro questionamento, que a reprogramação orçamentária do Fundo já havia sido aprovada pela Câmara e que a publicidade sobre essa aprovação se deu no âmbito da reunião anterior. Esclareceu que o orçamento da forma como está aprovado não teria nenhum problema e que dentro do programa de Urbanização para o exercício de 2012, foi autorizada a criação de um item para obras do Orçamento Participativo. Respondendo à segunda questão, a Conselheira Wanderly, esclareceu que houve muitas dificuldades em incentivar a população a participar das reuniões e que muitas delas ocorreram nos finais de semana. Ainda assim, foi possível mobilizar mais de 16.000 (dezesesseis mil) pessoas e que para o próximo ano espera superar todas as dificuldades surgidas nessa etapa. Disse ainda que o Orçamento Participativo é hoje a maior instância de participação dos cidadãos do DF nas decisões do Governo e que em todas as áreas os Conselhos se fazem presentes. Informou também, que o objetivo é comprometer parte dos recursos do FUNDURB com o Orçamento Participativo para o exercício de 2012. Acrescentou que será enviada oficialmente a todas as Secretarias, a lista completa das demandas selecionadas para que possam tomar conhecimento das escolhas da sociedade. Afirmou que apesar do FUNDURB ter uma Legislação própria, com previsão de receita, todo o orçamento do DF tem obrigatoriedade de passar pela Câmara, sendo isto uma exigência constitucional. Finalizando, enfatizou que o objetivo da proposta é dar um impulso inicial para as demandas selecionadas, atendendo cada Região Administrativa com uma obra, conforme Plano de Investimento do OP. De posse da palavra, o Presidente do CAF,



senhor Geraldo Magela, destacou que o Orçamento Participativo é um instrumento de grande valor, um dos instrumentos de participação direta, de democracia direta e pedagógica para que a sociedade possa entender como o Governo aplica os seus recursos. Enfatizou que o Governo, por meio dos seus diversos agentes e juntamente com a sociedade, deve fazer o que for preciso para que o Orçamento Participativo se viabilize concretamente e que tenha resultado. Afirmou que os problemas enfrentados no primeiro governo do PT, decorreram da escassez de recursos, o que impossibilitou a viabilização do OP. Reforçou que o FUNDURB pode contribuir sim, mas que é preciso ter cuidado, tendo em vista que a SEDHAB tem hoje um conjunto de atribuições e demandas que necessitariam de recursos. Citou que para o atingimento da meta de Governo de construir e entregar 100.000 (cem mil) habitações, são necessários recursos para a implantação de infraestrutura em todas essas áreas. Acrescentou que a ideia é utilizar os recursos do Fundo, por considerar de mais fácil acesso, mas que buscará também outras fontes para atender as demandas da SEDHAB. Com isso espera utilizar todo o orçamento do Fundo para este ano de 2011, evitando a apuração de Superávit Financeiro ao final do exercício. Disse ainda que considera importante a participação do FUNDURB no OP, mesmo que os recursos contemplem apenas uma obra por cada cidade. Colocado a matéria em votação a plenária acolheu por unanimidade a proposta de destinar R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) do orçamento do FUNDURB em 2012 para pequenas obras do Orçamento Participativo. **4) Apresentação do Plano Plurianual do FUNDURB.** O Senhor Marco Aurélio Teixeira, Assessor Técnico da Unidade Gestora de Fundos, iniciou a explanação sobre o Plano Plurianual do Fundo, informando que o PPA é um instrumento que estabelece parâmetros de planejamento que se desdobram em metas e objetivos ao serem alcançados nos próximos quatro anos e serve de base para a programação das leis orçamentárias anuais. Afirmou que o FUNDURB, enquanto Unidade Orçamentária encaminhou para a Secretaria de Estado de Planejamento a sua proposta de PPA no dia 01 de agosto de 2011, cujo resumo foi apresentado aos Conselheiros. Em seguida apresentou também a previsão orçamentária para 2012, bem como detalhou a distribuição da mesma por programas, ações e subtítulos. Não obstante, esclareceu que com a aprovação de recursos do Fundo para o OP no valor de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos reais), ocorrida no âmbito desta reunião, haverá necessidade de proceder ajuste na proposta da LOA. **5) Itens para deliberação. 5.1) Processo nº 390.000.298/2011;** Assunto: Contratação de Serviços Gráficos para a Publicação de Cartilhas Técnicas de Acessibilidade; Proponente: SUCON/SEDHAB; Valor estimado: R\$ 24.835,68 (vinte e quatro mil, oitocentos e trinta e cinco reais e sessenta e oito centavos); Conselheiro Relator: Rodrigo Rennó Cunha de Magalhães. O Relator informou que o processo em questão é simples e que trata da republicação de 5.000 cartilhas, com informações básicas de como construir com acessibilidade, as dimensões, como construir calçadas, corredores, ou seja, basicamente toda a legislação que trata do assunto. Informou



também, que a cartilha já havia sido publicada em 2010, e o que está sendo solicitado é a republicação, motivo pelo qual não via óbices quanto ao pleito, apresentando se voto favorável. O voto foi acolhido pelo colegiado, sem restrições. **5.2) Processo nº 390.000.341/2011**; Assunto: Programa de Capacitação e Treinamento de Servidores Lotados na SEDHAB; Proponente: UAG/SEDHAB; Valor estimado: R\$ 1.489.052,00 (um milhão, quatrocentos e oitenta e nove mil e cinquenta e dois reais); Conselheira Relatora: Lúcia Carvalho. Antes da fala da Conselheira Relatora foi solicitado pelo senhor Rafael Oliveira que o Chefe da UAG apresentasse o projeto em linhas gerais. O senhor Tiago Gonçalves informou que a metodologia utilizada foi através da consulta formal a todas as unidades da Secretaria, quanto às necessidades de capacitação e treinamento dos servidores lotados e em exercício em cada setor. Os retornos setoriais foram compilados o resultado permitiu a elaboração do Plano de Capacitação e Treinamento a ser desenvolvido na Secretaria durante os exercícios de 2011, 2012 e 2013, contando com recursos do FUNDURB disponíveis na áreas de atuação Fortalecimento e Desenvolvimento Institucional da Secretaria. Afirmou que a ideia é abranger com o Plano as competências gerenciais, técnicas e de suporte. Para tanto, a programação de realização dos cursos e correspondentes desembolsos obedeceria o seguinte cronograma: em 2011 propõe-se a destinação de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); em 2012 R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e para 2013 restaria o montante de R\$ 289.052,00 (duzentos e oitenta e nove e cinquenta e dois centavos). O senhor Tiago esclareceu que o objetivo é realizar avaliações com resultados individuais de cada servidor, utilizando indicadores, percentual de absenteísmo, aumento de grau de atuação do servidor e resultados institucionais mensurando através do PPA percentual de metas estratégicas. O Senhor Rafael informou também que dividiu em 02(dois) grandes grupos o processo de capacitação criando mecanismos necessários que fosse possível atingir três níveis: tático, gerencial e de suporte. E ainda, informar que já existe diálogo adiantado com a UNB, Universidade Católica e UNICEUB, que contam com faculdades que ministram cursos de Arquitetura e Urbanismo no sentido de instituir pós-graduação *latu e strictu senso*, para servidores de carreira. O Presidente do CAF, senhor Geraldo Magela, passou a fazer uso da palavra e acrescentou que o melhor investimento que se faz do ponto de vista da empresa é o treinamento de seus funcionários e que realmente dá resultados. Enfatizou ainda, que quando se busca entender o que causa a desmotivação entre os servidores muitas vezes constata-se que o desafio das tarefas é maior que a capacidade das pessoas, seja pelo despreparo, seja pela falta de orientação. Esclareceu que o treinamento será para todos os seguimentos da Secretaria e em todos os níveis de abrangência, objetivando dissolver os gargalos administrativos. Afirmou considerar que o principal desafio é preparar o pessoal para responder às demandas que são colocadas pela sociedade e pelo Governo. Acrescentou a importância do Conselho em controlar, acompanhar os gastos e coordenar os resultados. E que, a ideia também é buscar outras fontes assim como acordos de cooperação com escolas, universidades e outros



institutos. Após todas as considerações, a Conselheira Relatora, senhora Lúcia Carvalho, realizou a leitura do seu parecer e enfatizou que o valor é relativamente pequeno, considerando que a proposta contemplará 1.697 capacitações, o que significa investir menos de R\$ 100,00 (cem) reais por servidor capacitado em se tratando de extensão e ressaltou que existe no processo dois aspectos importantes, um que se refere a contratação somente de pessoa jurídica e portanto não haverá um professor individualmente e assim terão o controle do pagamento para empresa jurídica e que os serviços terão uma prestação de contas onde o FUNDURB deverá avaliar o resultado dessas qualificações. Diante dessa análise, manifestou voto favorável ao pleito, o que foi plenamente acolhido pelos seus pares. **5.3) Processo nº 390.000.352/2011**; Assunto: Acordo de Cooperação Técnica SEDHAB/IAB para Realização de Concursos Públicos; Proponente: UNAPE/SEDHAB; Valor estimado: R\$ 790.085,00 (setecentos e noventa mil, oitenta e cinco reais); Conselheira Relatora: Zilda Lúcia de Abreu. A Conselheira Relatora informou que o processo trata de um acordo de cooperação técnica entre o IAB e a SEDHAB para viabilizar em etapas posteriores a implantação do Parque Ecológico de Sobradinho, o Parque Urbano do Paranoá e o Parque Urbano do Gama, a implantação do Parque de Exposição de Planaltina e a construção do Conjunto Cultural de Samambaia e ainda, a Requalificação do Edifício Sede da SEDHAB. Na leitura do seu Parecer, enfatizou que o Concurso Público é a forma mais democrática de escolher um projeto, tanto pela sua repercussão quanto pela oportunidade de conhecimento e discussões que ocorrem em seu âmbito. Ressaltou ainda a importância de requalificação do edifício sede tendo em vista que entre inúmeras razões há de se reconhecer a importância da requalificação de um prédio construído em 1972, no coração do SCS, que trará em seu bojo a ideia de valorização da área urbana como prédio ecologicamente correto e melhoria das condições de trabalho, redução de gastos, tornando assim um edifício modelo dos princípios de acessibilidade urbana universal. Manifestou-se pela aprovação da proposta. Colocado em discussão, o pleito, foi aprovado por unanimidade. O Presidente, Senhor Geraldo Magela, fez uso da palavra para enfatizar a situação da SEDHAB em relação a outros órgãos públicos de planejamento urbano em outros Estados do Brasil. Disse que a Secretaria possui número reduzido de servidores para executar atividades inerentes ao planejamento urbano em comparação com outros Estados da Federação, a exemplo da prefeitura de Belo Horizonte que possui 300 (trezentos) profissionais desenvolvendo esse tipo de atividade. Para efeito de comparação citou o caso de Brasília que será uma das cidades a sediar a Copa do Mundo de Futebol e que, para desenvolver os projetos para esse evento, o DF conta atualmente com 11 (onze) servidores. **5.4) Processo nº 390.006.587/2008**; Assunto: Contratação de Consultoria para Elaboração do PLANDHIS; Proponente: UNAPE/SEDHAB; Valor estimado: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais); Conselheira relatora: Zilda Lúcia de Abreu. A Conselheira Relatora esclareceu que analisou dois processos que estavam apensados, um deles trata da proposição do



PLANDHIS, e outro do processo de financiamento de uma parte do projeto pela CEF. Informou ainda, que o processo vem tramitando desde 2008 no Governo e que só agora conseguiu-se junto a CEF manter os valores que foram negociados anteriormente. Acrescentou que o PLANDHIS é fundamental para inserção do contexto nacional e distrital no tocante ao financiamento e projetos de habitação de interesse social, tratando-se, portanto, de uma diretriz para se acompanhar o desenvolvimento habitacional, que em um segundo momento possibilitará o conhecimento real da situação da moradia no Distrito Federal. Enfatizou que a CEF garantiu um valor de R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais) e o restante será financiado pelo FUNDURB (R\$ 250.000,00). Destacou a relevância da proposta e votou favorável à aprovação do pleito. Antes de colocar a matéria em discussão e votação, o senhor Rafael Oliveira esclareceu que o PLANDHIS é um instrumento de Planejamento da Política Habitacional de Interesse Social que foi instituído nacionalmente para que Estados e Municípios pudessem ter acesso aos recursos no âmbito do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social que é disponibilizado pelo Ministério das Cidades, criado no primeiro ano do Governo Lula. Esclareceu que o Distrito Federal não tem acessado esse beneficiado, pela ausência de um Plano Distrital de Habitação de Interesse Social no âmbito do PAC-Habitação, e que em 2008 foi disponibilizado o valor de R\$ 245.000,00 (duzentos e quarenta e cinco mil reais) para auxílio na contratação da feitura do plano por parte do Governo Federal, valor este resgatado pela atual gestão. Enfatizou que a ideia é que o processo do PLANDHIS corra junto com outros assuntos que chegarão inclusive a esse conselho para solicitação de recursos que é a Conferência Distrital das Cidades, determinação do Secretário para que seja realizada ainda este ano uma Conferência Distrital das Cidades, Extraordinária, a fim de se debater pontos específicos como: Lei de Uso e Ocupação de Solo - LUOS; Limites das RAS; A implantação do Planejamento Urbano que já está instituído no âmbito do PDOT e o Código de Edificações, que irá passar por uma revisão. O Secretário Magela, solicitou a palavra e enfatizou perante o Conselho o compromisso de fomentar em setembro e outubro uma intensa mobilização para discutir e chamar a sociedade a pensar as cidades junto com o governo e que até no máximo 10 de setembro será lançado a Conferência das Cidades para iniciar uma discussão sobre a LUOS. Informou também, que a previsão é que em 60 dias, sejam realizadas aproximadamente 50 (cinquenta) reuniões públicas, onde será ouvida a sociedade, visando condensar um projeto de lei, levar ao CONPLAN e posteriormente levar para audiência pública e oferecer à Câmara Legislativa uma proposta de LUOS. Informou também, que a Secretaria fará intenso processo de mobilização social para pensar as cidades, fundamentar o conjunto de normas na área de planejamento da cidade, refletindo na LUOS e no Código de Edificações. Destacou a importância da participação de todos, do Governo, das Instituições Federais, das Instituições da Sociedade Civil. E esclareceu que para implantação do PLANDHIS, serão utilizados os recursos do PAC no valor de R\$ 245.000,00 e R\$ 250.000,00 do FUNDURB e que



anteriormente o projeto foi orçado em R\$ 1.200.000,00, mas que a SEDHAB fará com R\$ 500.000,00, sendo que a metade virá do FUNDURB e a outra metade da CEF. Em seguida a matéria foi colocada em votação, havendo aprovação unânime para o pleito. **7) Assuntos Gerais.** O Senhor Rafael Oliveira remeteu para o item nº 1 da pauta, quanto aos Informes do Presidente, em face da ausência do mesmo no início da Reunião. O Presidente do CAF, senhor Geraldo Magela, informou que a Secretaria de Fazenda já depositou na conta corrente específica do Fundo o valor de R\$ 71.000.000,00 (setenta e um milhões de reais), proveniente do superávit financeiro de 2009 e 2010, mais a arrecadação deste ano até a presente data. Em relação à arrecadação, enfatizou que, de acordo com os cálculos realizados até aquele momento, a previsão estava bem abaixo do programado. **8) Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião alertando a todos os Conselheiros que, de acordo com o calendário de reuniões, a quinta (5ª) Reunião Extraordinária do CAF/FUNDURB realizar-se-á no dia oito (08) de setembro de dois mil e onze, quinta-feira, às nove horas nessa mesma sala de reuniões. Seguindo os ritos formais, para efeito de validação e registro, lavrou-se a presente ata, firmada pelos Conselheiros presentes na Reunião.

GERALDO MAGELA
Presidente do CAF

RAFAEL CARLOS DE OLIVEIRA
Conselheiro Suplente Representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal

WANDERLY FERREIRA DA COSTA
Conselheira Titular Representante da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal

ROSSANA ELIZABETH ARRUDA DA CUNHA RÊGO
Conselheira Titular Representante da Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e
Habitação
Fundo de Desenvolvimento Urbano do DF



RODRIGO RENNÓ CUNHA DE MAGALHÃES CASTRO

Conselheiro Titular Representante da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal

MARCELO PACHECO BASTOS

Conselheiro Suplente Representante da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal

LÚCIA HELENA DE CARVALHO

Conselheira Titular Representante da Sociedade Civil junto ao Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN

GILMA RODRIGUES FERREIRA

Conselheira Titular Representante da Sociedade Civil junto ao Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN

ELSON RIBEIRO E PÓVOA

Conselheiro Suplente Representante da Sociedade Civil junto ao Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN

ZILDA LÚCIA DE ABREU

Conselheira Suplente representante dos servidores da área técnica da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal.